REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL ADJUNTO DA PRESIDÊNCIA
PARA OS ASSUNTOS PARLAMENTARES

Exmo. Senhor
Chefe do Gabinete de Sua Excelência a
Presidente da Assembleia Legislativa da
Região Autónoma dos Açores
Rua Marcelino Lima
9901-858 Horta

Sua referência	Sua comunicação	Nossa referência	Nº Processo	Angra do Heroísmo
S/2321/2019	01.07.2019	SAI–SRAPAP/2019/327		02.09.2019

ASSUNTO: REQUERIMENTO N.º 678/XI – CONSTRUÇÃO DA RAMPA "RO-RO" NO PORTO DAS PIPAS EM ANGRA DO HEROÍSMO

Exmo. Senhor,

Em resposta ao requerimento referido em epígrafe, subscrito pelo Senhor Deputado João Paulo Corvelo da Representação Parlamentar do Partido Comunista Português, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, encarrega-me S. Exa. o Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares de informar o seguinte:

Em que ponto está o projeto de Execução? Qual a previsão para estar finalizado?

O projeto de execução foi entregue no dia 15 do mês de julho e, em cumprimento do artigo 18.º da Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, foi iniciada a respetiva revisão por entidade externa.

Qual a previsão para a abertura do concurso para a atribuição da empreitada?

O Concurso já foi lançado, no final do mês de agosto 2019.

Estas obras e objetivos de construção irão modificar algum local arqueológico?

Foi realizada uma campanha de "Avaliação do impacto sobre o património arqueológico", na área de intervenção da empreitada, pela Direção Regional da Cultura, tendo sido identificadas 8 âncoras.

No relatório, elaborado após a conclusão da campanha, são apresentadas propostas de intervenção antes do início da obra e durante a sua execução, as quais serão integralmente cumpridas.

Algum dos projetos irá interferir com o Parque Arqueológico Subaquático da Baía de Angra do Heroísmo?

Conforme referido no ponto 3, antes de se iniciar a empreitada e durante a sua execução serão cumpridas as propostas de intervenção indicadas pela Direção Regional da Cultura.

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
GABINETE DO SECRETÁRIO REGIONAL ADJUNTO DA PRESIDÊNCIA
PARA OS ASSUNTOS PARLAMENTARES

Quais foram os estudos realizados para este projeto? Se não foram feitos para quando serão e quais?

Foram realizados estudos de agitação e campanha arqueológica dos fundos marinhos. Considerando a intervenção proposta para aquele porto, será requerida junto da autoridade ambiental, a dispensa do procedimento de EIA, nos termos previstos no DLR n.º 30/2010/A, de 3 de julho.

A RPPCP pede que o Governo Regional envie os estudos ambientais, paisagísticos e arqueológicos que foram feitos ou que serão feitos.

Segue em anexo: o Parecer/relatório da Direção Regional da Cultura.

Com os melhores cumprimentos, e consideração

A Chefe do Gabinete

Lina Maria Cabral de Freitas

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ARQUIVO
Entrada 2449 Proc. n.º 54.02.03
Data 09/09/02 N.º 678/XI

10 MAIO 2017

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Ex.mo Senhor
Presidente do Conselho de Administração da
Portos dos Açores, SA
Av. Gago Coutinho e Sacadura Cabral, 7 - Angústias
9900-062 Horta

S/ referência	S/ comunicação de	Processo	N/ referência	Data
		C 29	SAI-DRAC/2017/871	03/05/2017

Assunto: PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE RAMPA RO-RO E OBRAS COMPLEMENTARES DE ABRIGO NO PORTO DE PIPAS, ANGRA DO HEROÍSMO

Em resposta à vossa solicitação (SAI-PA/2017/230), informo V. Exa. que, em concordância com o relatório que analisou os eventuais impactos negativos em termos arqueológicos, no local onde se pretende realizar esta obra, emite-se parecer favorável à realização das obras pretendidas, desde que assegurados os trabalhos arqueológicos, previstos no Ponto IV - medidas de salvaguarda, do aludido relatório.

Solicita-se, igualmente, informação sobre os eventuais futuros efeitos da obra no restante parque arqueológico, especialmente nas zonas dos naufrágios visitáveis, de modo a permitir que sejam estudadas e propostas, caso necessário, medidas de proteção adequadas.

Com os melhores cumprimentos,

O Diretor Regional da Cultura

Nuno Ribeiro Lopes

PORTOS DOS AÇORES, SA.
RECEBIDO 10 / 05 / 2017
REGISTADO 11 / 05 / 2017
PROC.º 106.10.403 N.º ENT-DA/2017/6605
2017/1

Anexo: o relatório
JN/XM

Palacete Silveira e Paulo ▪ Rua da Conceição ▪ 9700-054 Angra do Heroísmo
Telf. (351) 295 403 000 ▪ Fax. (351) 295 403 001 ▪ Email drac.info@azores.gov.pt ▪ URL http://www.azores.gov.pt
Acessibilidade dos cidadãos aos serviços da Administração Regional – Linha verde 800 207 205
http://www.culturacores.azores.gov.pt

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA

DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA

Avaliação do impacto sobre o património arqueológico do alargamento do molhe do Porto das Pipas, Angra do Heroísmo, Terceira

Entre os dias 9 de Novembro de 2016 e 10 de Janeiro de 2017, procedeu-se à avaliação dos fundos marinhos que irão ser afetados com o alargamento do molhe do Porto das Pipas, Angra do Heroísmo, ilha Terceira. As obras, promovidas pelos *Portos dos Açores, S. A.*, serão executadas em 2017.

As imersões foram realizadas com Luís Moura, José João Barbosa e João Vítor Rocha, da *Shark Atlantic, Turismo, Sociedade Unipessoal*, empresa de mergulho licenciada e contratada por esta direcção regional para esta tarefa, acrescendo o facto de possuir um mergulhador profissional, com vista a realizar uma prospeção visual sistemática na área de alargamento do molhe.

I. Enquadramento

Não se justificou o recurso a magnetómetro, uma vez que, não só, não estão previstos quaisquer desassoreamentos – apenas a simples colocação de infraestrutura diretamente sobre o fundo marinho – como também, os fundos marinhos do Porto de Pipas apresentam depósito abundante, pelo que os resultados não resultariam fidedignos.

A baía de Angra do Heroísmo é um sítio classificado como reserva arqueológica desde 1973 e como parque arqueológico desde 2005[1]; tendo, recentemente, sido revisto o seu enquadramento legal[2], Nesta angra existem, pelo menos, 88 naufrágios documentados, traduzindo-a num dos locais do mundo com maior interesse arqueológico.

---

1 Decreto Regulamentar Regional n.º 20/2005/A, de 12 de Outubro.

2 Decreto Regulamentar Regional nº. 19/2015/A, 27 de Outubro.

Foram realizados mais de vinte e cinco mergulhos de monitorização sistemática, feitos em corredores de dois metros de intervalo, varrendo a área delimitada em planta e a sua envolvente, procurando prever impactos directos e indirectos do novo molhe e rampa. As condições de mergulho foram totalmente adversas, no que à visibilidade respeita, daí o número invulgar dos mesmos, atingindo-se profundidades variáveis entre os -3 e os -25 metros.

Foram detectadas oito ocorrências patrimoniais, na área de incidência direta da obra e na área de impacto da mesma, correspondendo a oito âncoras que, por motivos do estado do mar, nesta fase do ano, não puderam ser, devidamente, aprofundadas.

II. Antecedentes

Poderemos dizer, sinteticamente, que a arqueologia subaquática, no arquipélago dos Açores, iniciou-se na década de 60 do século XX, mercê da invenção do escafandro autónomo, que facilitou a liberalização do mergulho, em Angra do Heroísmo, na ilha Terceira. Dessa década foram recuperadas algumas peças de artilharia, actualmente a integrar a colecção de artilharia do Museu de Angra do Heroísmo. Manuel Baptista de Lima, o primeiro director da instituição, formado em História pela Universidade de Coimbra, não foi um arqueólogo mas sim, um apaixonado por história militar, o que o fez enveredar pelas mais diversas áreas do património, incluindo, naturalmente, o arqueológico. Em 1972, com Sydney Wignall, arqueólogo subaquático de origem galesa, iniciaram um projecto de curta duração, caracterizável como de prospecção subaquática, com vista à detecção do famoso navio, da *Royal Navy* do período Isabelino, o *Her Majesty Ship Revenge*, perdido nas costas da ilha Terceira, após uma tentativa de acção de corso, em 1593. Apesar de malogrado o objectivo principal, foi recuperado, ao largo do Monte Brasil, uma peça de artilharia quinhentista, portuguesa e, no ano seguinte, foi criado, por despacho conjunto do Ministério da Educação e da Marinha, a primeira reserva arqueológica subaquática do país, a baía de Angra do Heroísmo.

Nos finais dos anos 90, houve um novo impulso para a arqueologia subaquática na região, com o Grupo de Arqueologia Subaquática da Associação dos Amigos do Museu de Angra do Heroísmo, associado ao Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática, do então Instituto Português de Arqueologia e ao Institute of Nautical Archaeology, da Universidade Texas A&M. Desenvolveram, nesse âmbito, algumas campanhas de prospecção subaquática que, embora centradas na baía de Angra do Heroísmo, se estenderam também às ilhas do Faial, Pico, São Jorge e, já no grupo Oriental, a das Flores. Dentro desse âmbito, em 1999, realizaram-se as primeiras escavações subaquáticas, na baía de Angra do Heroísmo, com a intervenção de minimização de impactos sobre o património da construção da marina. Aquando do estudo, detectaram-se dois navios, que foram então intervencionados, revelando um deles tratar-se de um navio de provável origem holandesa, de cerca de meados do século XVII (*Angra C*) e um outro, um navio espanhol da *Rota de la Plata*, de finais do Século XVI, inícios da centúria seguinte (*Angra D*). Em 2000, no âmbito da requalificação do porto da Calheta, em São Jorge, escavou-se o veleiro de guerra, naufragado em 1783, o *Her Majesty Ship Pallas*.

Em finais de 2000, a administração do património arqueológico, em território próprio, foi transmitida para as regiões autónomas. Criaram-se, desde então, cinco parques arqueológicos; reservas que visam a protecção e valorização do património subaquático; nasceu, no âmbito do turismo cultural, o *Roteiro do Património Cultural Subaquático dos Açores*, com trinta sítios visitáveis acessíveis aos mergulhadores; e realizaram-se prospecções subaquáticas em todas as ilhas, levando à identificação dos cerca de sessenta sítios já reconhecidos.

No âmbito da *Convenção sobre a Protecção do Património Cultural Subaquático*, da UNESCO, assinado em Paris, em 2001, as escavações subaquáticas serão desenvolvidas apenas em locais que estejam em perigo de perda, uma situação decorrente de causas naturais ou, artificiais. Nesse sentido, por causas naturais, que se prenderam com a erosão dos fundos marinhos, foi intervencionado um outro navio espanhol da *Rota de la Plata*, de finais do Século XVI, inícios da centúria seguinte (*Angra B*), na zona do parque arqueológico da baía

de Angra do Heroísmo e a nau *Nossa Senhora da Luz*, que soçobrou em 1615, na sua última viagem pela *Rota do Cabo*. Já no âmbito de obras portuárias, foi intervencionado o *Oakfield*, vapor inglês, que se perdeu em 1897, em Ponta Delgada; seis naufrágios no porto da Horta, sendo de salientar o *Horta A*, denominado de *naufrágio do marfim*, de um navio mercante inglês, naufragado em Setecentos, carregando uma centena de presas de elefante; ou o *Horta F*, correspondente a uma baleeira americana, soçobrada no século XIX.

No caso em apreço, referente à área específica do parque arqueológico da baía de Angra do Heroísmo, foi efectuado um estudo prévio no âmbito do Estudo de Impacto Ambiental do projecto de Terminal de Cruzeiros de Angra do Heroísmo, cujo relatório, de José Bettencourt e Tiago Silva, datado de 20 de Junho de 2010, é revelador de:

1 – A área do projecto de Terminal de Cruzeiros era substancialmente superior, impedindo, na sua construção, a sua compatibilização com o parque arqueológico (conclusão nossa);

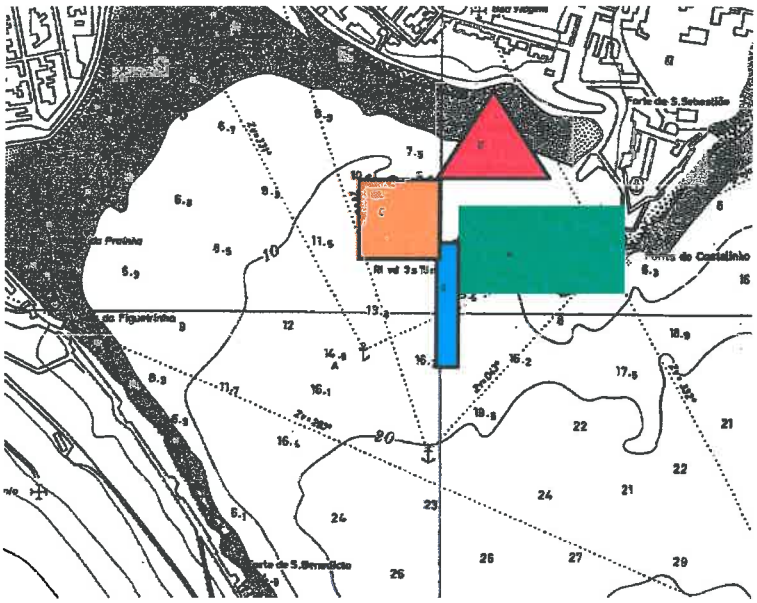
2 – Foi efectuado o levantamento geofísico, com sonar de varrimento lateral, que detectou cinco áreas de interesse;

3 – Dessas cinco áreas, duas revelaram interesse arqueológico (ocorrência 2 – dois canhões e duas âncoras), sendo as outras inconclusivas;

4 – Preconizaram-se sondagens de escavação nas restantes anomalias magnéticas e escavação na ocorrência 2;

5 – Que se despenderam recursos avultados para a realização desse EIA, que cobriu largamente a área A e B do presente relatório;

6 – Que durante o EIA não se descobriu qualquer vestígio arqueológico na área A e B.



Excerto da carta marítima de 1976, com implantação das 4 áreas de prospecção

III. EIA de 2016-2017

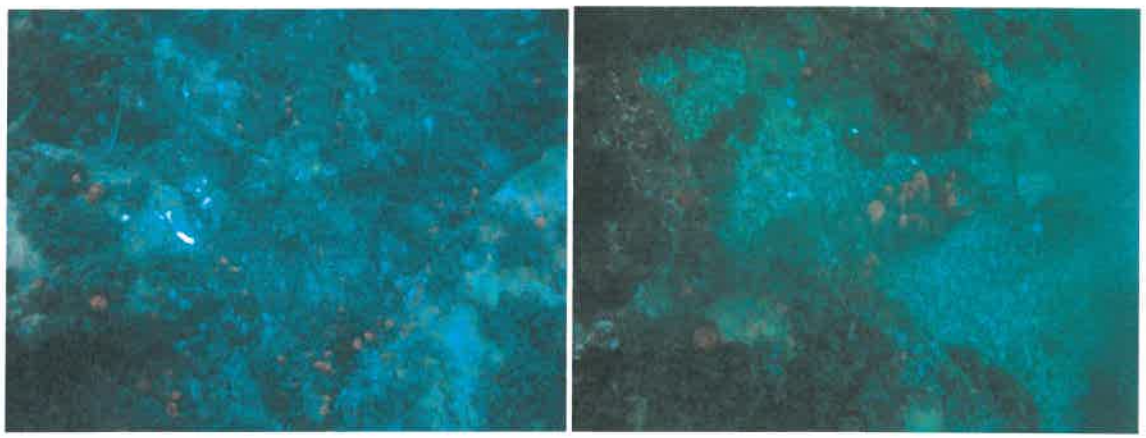
Após o primeiro mergulho de reconhecimento, no início de Novembro, realizado nas zonas B, C e D, rapidamente foi abandonada qualquer veleidade de uso de geofísica, uma vez que, os fundos marinhos, no entorno do actual contorno do Porto das Pipas, se apresentam de tal forma contaminados por intrusões várias e poluentes – sobretudo ambientais – que se compreendeu, de imediato, a inutilidade do recurso a tais meios, com ónus de custos acrescido, para a realização deste trabalho.

O uso, nem sempre reflectido, tidas das tecnologias de ponta disponíveis, apesar de meritório, nem sempre se revela ser a metodologia mais adequada para uma melhor resolução das questões e, neste caso concreto, num local de pesca intensiva, de despejo de lixos domésticos, bem como de actividade nocturna intensa e contínua, qual epifania atempada, revelar-se-ia, simplesmente, ineficaz.

A opção, por mais fisicamente extenuante que se manifestasse, era, portanto, a prospecção, presencial e visual, de toda a área a afectar; o que se seria relativamente acessível no Verão, demonstrou-se precário e de eficiência assaz limitada, no Inverno, mercê das adversas condições de mar, mesmo que numa das mais alcançáveis baías do arquipélago. Tal explica e, até, justifica, o número invulgar de mergulhos e de mergulhadores envolvidos, especialmente se atendermos a que, noutros processos de monitorização do património arqueológico, já demonstraram melhor *ratio* de eficácia e eficiência. O número excepcional de mergulhos serve todavia, para dar garante de que a área foi sistematicamente batida, e que os dados levantados são extremamente fiáveis, até porque demonstram que os do levantamento de 2010, estavam incompletos.

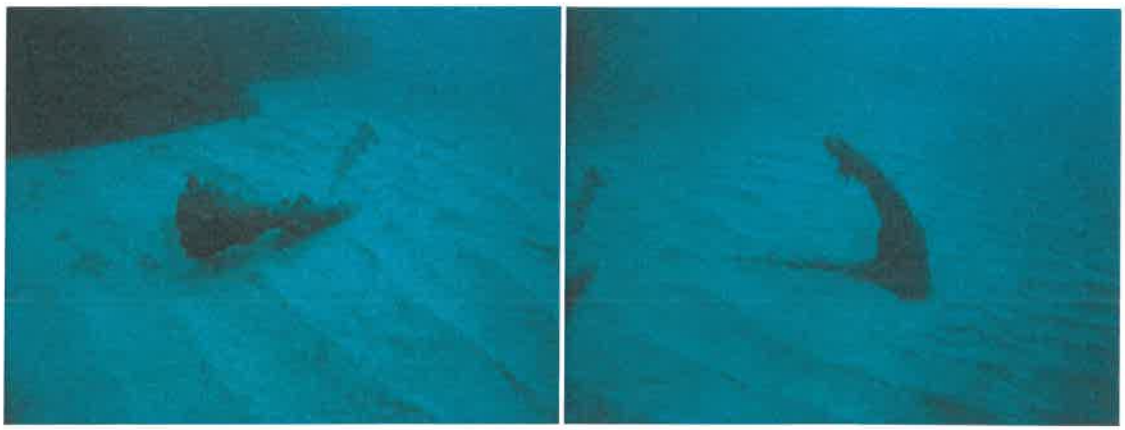
A área A revelou duas âncoras; a área B revelou uma âncora associada a restos de madeiras; a área C revelou duas âncoras (e uma outra a confirmar); a área D, revelou outras três, perfazendo um total de oito (podendo ir a nove, sendo que a última, dificilmente, sofrerá qualquer impacto na obra que se pretende efectuar).

As âncoras da área A, a 1 e 2, repousam sobre fundo de pedra, das quais podemos afirmar que não possuem elementos de naufrágio associados, pelo que, muito provavelmente, se tratam de âncoras que foram libertadas de navios, por não as conseguirem resgatar.



Âncora 1 e 2

Na área B, a âncora 3, trata-se de uma âncora, em ferro, com as seguintes localização e características: 38° 39' 01.42" Norte, 27° 12' 54.11" Oeste, a 16 metros de profundidade, com haste de 200 cm., pata (largura) de 40 cm. e braço de 110 cm.



Âncora 3

Repousando em fundo arenoso, possui, junto a si, diversos vestígios de madeirame, pelo que, é provável, que se trate de um naufrágio.

Na área C, repousam as âncoras 4[3] e 5[4], numa zona mista, entre fundo arenoso e pétreo, pelo que é difícil intuir se se tratam de naufrágios ou, de perdas ocasionais. A âncora (?) apenas foi avistada por um dos mergulhadores, não tendo existido condições meteorológicas e de mar, para proceder à sua confirmação, mas, uma vez que, estava na zona da afectação indirecta, deixou-se para posterior função essa confirmação.

Âncora 4

[3] 38º 39' 05.79" N Latitude 27º 12' 57.62" O Longitude Profundidade aproximada: 10,0 metros Dimensões Haste: 80 cm; Pata (largura): 20 cm; Braço: 50 cm.

[4] 38º 39' 6.96" N Latitude, 27º 12' 53.33" O Longitude, Profundidade aproximada: 8,0 metros, Dimensões Haste: 160 cm; Pata (largura): 40 cm; Braço: 80 cm; Cepo: 110 cm.

Âncora 5

A área D, teoricamente mais acessível, também se revelou elusiva, uma vez que, aí ocorre o refluxo da corrente – razão do alargamento Sul do molhe, para protecção das embarcações que entram na marina, e queixa constante dos utilizadores da mesma – mas que, revelou três âncoras. Uma delas (âncora 6), pela quantidade de lixo depositado sobre o fundo marinho (o mesmo se aplicando à área C, ainda que com menor gravidade), não permite saber se se trata de um naufrágio ou, de perda ocasional; ao passo que as âncoras 7 e 8 demonstram ser pesos de amarração, auxiliares de atracagem, desconhecendo-se, de momento, a sua origem.

Âncora 6

O último mergulho programado – com equipa de mar e terra, para colocação de bóias provisórias sobre as âncoras (que permitiria a obtenção final de coordenadas GPS, fotografia relativa a terra (tirada da embarcação) e a mar (obtida de terra), com as últimas medições (subaquáticas) – não se conseguiu efectuar, devido às condições meteorológicas e de mar

existentes na maior parte deste período e, quando reunidas, coincidiram com a atracagem, no Porto das Pipas, da corveta da Marinha Portuguesa, inviabilizando o trabalho final de registo.

Âncoras 7 e 8

IV. Implementação de medidas de salvaguarda

Atendendo à existência de evidentes e abundantes[5] vestígios arqueológicos, numa área relativamente reduzida, mesmo atendendo a que a maior parte dos vestígios, verdadeiramente relevantes, se encontrem soterrados pelo último melhoramento do porto das Pipas (ver fotografia de 1943, com o americano Landing Ship Tank 228 atracado, descarregando material para a construção da base das Lajes, antes de soçobrar, logo a seguir, na vizinha baía das Águas), não deixam de ser atendíveis os vestígios ora detectados. Assim sendo, com vista à preservação dos mesmos, propõe-se:

a) Antes da obra:

[5] Refira-se que este é o maior quantitativo de bens arqueológicos descobertos em sede de Avaliação de Impacto Ambiental até agora realizado no arquipélago, ao que não é estranho o facto de se tratar de um local reconhecido e, por isso mesmo, classificado como parque arqueológico.

1 – O registo científico, classificação e rebocagem das âncoras 1, 2, 7 e 8, para o local indicado, próximo dos vestígios do navio "Lidador", constituindo-se como reserva dos bens e novo núcleo museográfico visitável, do parque arqueológico da baía de Angra do Heroísmo;

2 – Execução de sondagens arqueológicas, prévias à obra, junto das âncoras 4, 5 e 6 e, não se confirmando qualquer vestígio de navio a elas associado, a realização do procedimento previsto em 1. Em caso de existência de navio associado, o procedimento exposto em 3;

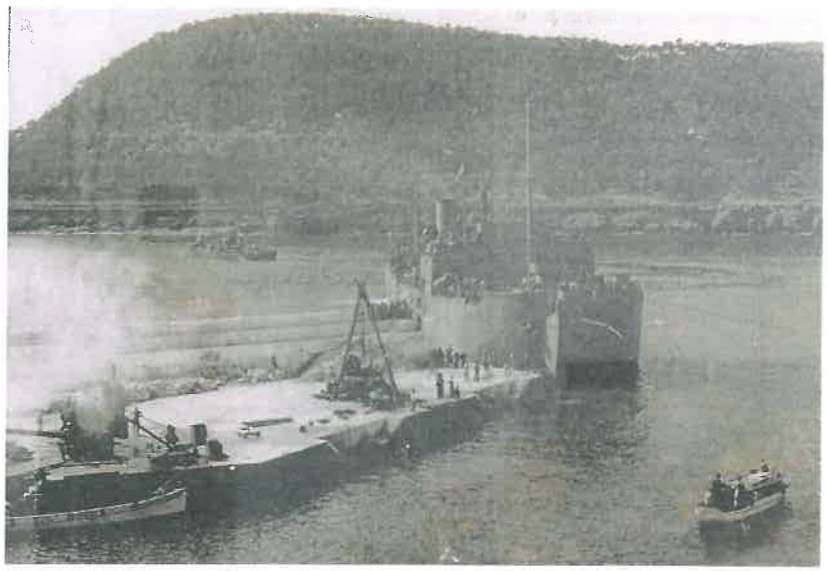
3 – Execução de sondagens e, eventual escavação, dos vestígios associados à âncora 3, sendo, os restos possíveis de transportar, rebocados para a reserva estatuída em 1 e os bens móveis integrados no Museu de Angra do Heroísmo;

4 – Indagar e confirmar a existência da âncora (?), procedendo ao disposto em 2.

b) Durante a obra:

1 – Em caso de existirem dragagens (extracção de pedras para normalização do fundo marinho), estas devem ter acompanhamento arqueológico presencial permanente;

Porto de Pipas 1900-1905



Porto de Pipas 1943

Porto de Pipas (actual)

Invernia no Porto de Pipas

Actual proposta

Sítios detectados

1 – Propõe-se o envio de cópia do relatório à *Portos dos Açores, S.A.*, de modo a poder implementar as medidas de minimização de impactos patrimoniais no local e a calendarização das mesmas;

2 – Propõe-se a criação de uma campanha de sensibilização para recolha do lixo existente nos fundos marinhos do porto de Pipas, na perspectiva da eco-arte pública, no âmbito das acções do parque arqueológico, em colaboração com a *Portos dos Açores, S.A.*;

3 – Propõe-se que durante a execução dos trabalhos exista uma exposição temporária explicativa da intervenção arqueológica e da evolução do porto de Pipas, no âmbito das acções do parque arqueológico, em colaboração com a *Portos dos Açores, S.A.*;

4 – Propõe-se que esta direcção regional, acompanhe de perto, a execução, destes trabalhos, com as consequências daí inerentes, porque o *exemplum* é biunívoco.

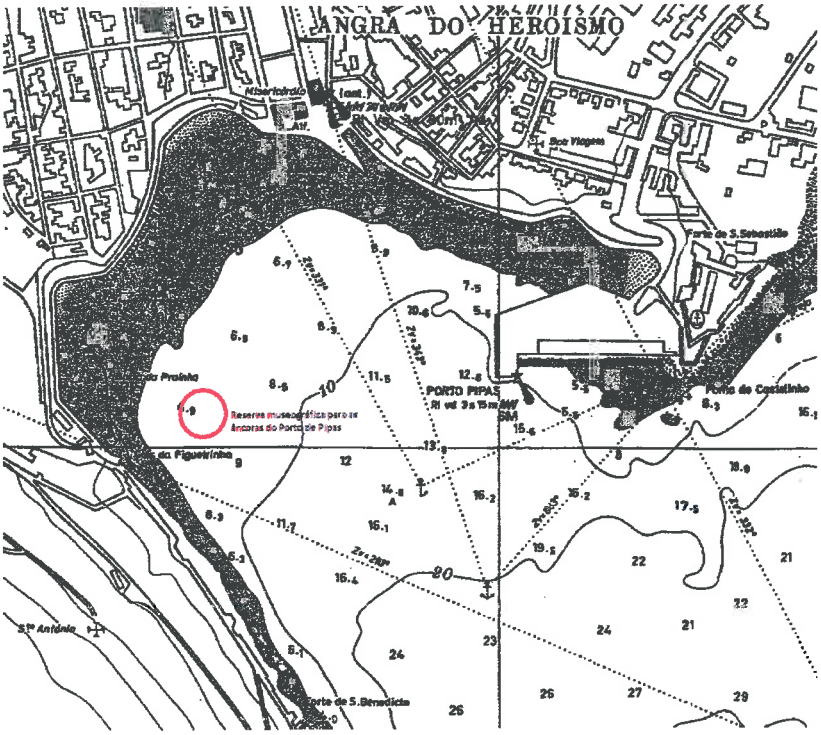
Só assim, evolução e preservação, não se mostram antónimos, mas sim sinónimos, como se deseja, ou seja, *exempla*.

À superior consideração.

Angra do Heroísmo, 12 de Janeiro de 2017.

O técnico superior

José Luís Neto



Local proposto para criação da reserva